

## **PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DA SAÚDE E DO EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL**

**Despacho conjunto.** - Considerando que os problemas do uso e abuso do consumo de drogas e substâncias psicotrópicas constituem uma preocupação nas sociedades modernas e geram uma situação cuja complexidade exige uma intervenção conjugado do Estado, das famílias, de instituições particulares e dos cidadãos;

Considerando que o Conselho de Ministros aprovou, em 31-3-87, a Resol. 23/87, que contemplava um programa integrado de combate à droga, designado por Projecto VIDA, abrangendo a prevenção primária, o tratamento e reinserção social e o combate ao tráfico;

Considerando que a Resol. Cons. Min. 17/90, de 21-4, veio reforçar o Programa Nacional de Combate à Droga e impor uma eficaz coordenação das acções a desenvolver no âmbito do referido Projecto;

Considerando que a insuficiência económica ou financeira não pode ser motivo de exclusão ou diminuição das acções de apoio e tratamento das pessoas com problemas ligados ao uso e abuso de produtos estupefacientes e substâncias psicotrópicas e que, de acordo com a referida resolução do Conselho de Ministros, cada um dos departamentos governamentais envolvidos na execução das medias do Programa deverá assumir as responsabilidades decorrentes dos encargos financeiros;

Considerando ainda que nas áreas da prevenção secundária e terciária importa encontrar soluções que visem o tratamento e a reinserção das pessoas com problemas de toxicodependência através da cedência de instalações e equipamentos, apoio técnico e financeiro a organizações não governamentais sem fins lucrativos:

Determina-se:

1 - As instituições particulares, sem fins lucrativos, incluindo as instituições particulares de solidariedade social, podem apresentar à Administração Regional de Saúde, ao Centro Regional de Segurança Social, ao Instituto do Emprego e Formação Profissional e ao Instituto da Juventude do respectivo distrito projectos de acordos de cooperação para o desenvolvimento de actividades no âmbito do Projecto VIDA, e actuando nas áreas de prevenção secundária e terciária, podendo ainda solicitar apoio financeiro para aquisição, restauro e construção de imóveis, instalações e equipamentos e apoio técnico, nas referidas áreas.

2 - Antes da realização do acordo ou da atribuição do apoio financeiro referidos no número anterior, as entidades públicas aí mencionadas deverão solicitar parecer sobre a qualidade técnica do projecto e sua oportunidade ao coordenador nacional para o Combate à Droga.

3 - No acordo de cooperação deverão ser introduzidos cláusulas que traduzam a obrigação de prestação ao utente de tratamento, assegurando ainda que a admissão, o apoio e o tratamento lhe sejam dispensados independentemente da sua insuficiência económica ou do seu agregado familiar, devendo esta situação ser objecto de análise, caso a caso, pelas instituições directamente envolvidas.

4 - O acompanhamento, a avaliação e a fiscalização das actividades financeiras serão assegurados pelas entidades indicadas no n.º 1, de acordo com as respectivas competências, sem prejuízo das competências próprias do Ministério da Saúde definidas no Dec.- Lei 83/90, de 14-3.

5 - Os apoios previstos no n.º 1 destinam-se a financiar os seguintes estabelecimentos: centros de dia, comunidades residenciais de estada prolongada, apartamentos de reinserção e equipas de apoio social directo.

6 - Entende-se por:

*a)* Centros de dia - locais que procuram ocupar, organizar, motivar, ajudar os indivíduos a descobrir interesses e capacidades, promover a ruptura com a ambiência da droga e a reinserir as pessoas com problemas de toxicodependência em tratamento ambulatorio. Dispõem, habitualmente, de instalações que permitem actividades diversas - pintura, olaria, fotografia, informática, carpintaria, culinária e tecelagem meramente ocupacionais ou pré-profissionalizantes e também espaços para reuniões ou convívio. O pessoal técnico é constituído por monitores ligados às diversas actividades específicas e ao enquadramento geral das actividades, terapeutas ocupacionais, técnicos do serviço social, psicólogos e psiquiatras;

*b)* Comunidades residenciais de estada prolongada - locais de recuperação em que se procura ajudar pessoas com problemas de toxicodependência a reaprender a viver sem droga e a reencontrar a alegria, o interesse e o prazer de viver, a partir da reestruturação da sua personalidade e da sua reintegração social. Dispõem, habitualmente, de instalações que permitem a realização de actividades diversas. As tarefas domésticas são, em princípio, realizadas pelos residentes. Estas comunidades possuem um responsável com formação técnica adequada, profissionais de saúde não permanentes e pessoal técnico ligado às diversas actividades específicas;

c) Apartamentos de reinserção - locais destinados a pessoas que já se confrontaram com problemas de toxicodependência e que foram recuperadas em comunidades terapêuticas. funcionando como apoio na fase de transição (procura de emprego, reinserção no mercado de trabalho). O pessoal técnico é constituído por monitores com formação adequada;

d) Equipas de apoio social directo - destinam-se a intervir em situação de crise junto de pessoas com problemas de droga e dos seus familiares. O pessoal técnico é composto por educadores e animadores;

e) Apoio técnico e financeiro a acções de formação profissional;

f) Apoio técnico e financeiro à integração sócio-profissional no mercado de trabalho.

7 - A repartição dos encargos financeiros faz-se da seguinte forma:

a) Centros de dia:

Próprio ou família - 20 %;

Centro Regional de Segurança Social - 35 %;

Administração Regional de Saúde - 20 %;

Instituto da Juventude - 25 %;

b) Comunidades residenciais de estada prolongada:

Próprio ou família - 20 %;

Centro Regional de Segurança Social - 60 %;

Administração Regional de Saúde - 20 %;

c) Apartamentos de reinserção:

Próprio ou família - 20 %;

Instituto do Emprego e Formação Profissional - 80 %;

d) Equipas de apoio social directo:

Organização não governamental sem fins lucrativos - 10 %;

Centro Regional de Segurança Social - 50 %;

Instituto da Juventude - 40 %.

8 - A repartição de encargos financeiros referida no número anterior poderá ser alterada por acordo entre os departamentos envolvidos e em função dos condicionalismos próprios do caso concreto.

9 - Para a aquisição, restauro ou construção de imóveis e aquisição de equipamentos, os órgãos da Administração Pública, referidos no n.º 1, decidirão, caso a caso, quais os montantes a atribuir e de que forma, em articulação com o coordenador nacional para o Combate à Droga.

10 - As comparticipações referidas no n.º 7 são calculadas na base utente/mês, com excepção das comparticipações relativas às equipas de apoio social directo, que serão calculadas de acordo com o orçamento que vier a ser aprovado para a respectiva acção.

11 - O custo médio mensal por utente dos centros de dia, das comunidades residenciais e dos apartamentos de reinserção será fixado tendo em conta o limite de 15 000\$, no primeiro caso, e de 90 000\$, para cada um dos outros dois estabelecimentos, e atendendo ao estudo económico-financeiro apresentado, podendo esse valor ser actualizado anualmente.

12 - É revogado o despacho conjunto de 19-5-88, publicado no *DR*, 2.<sup>a</sup>, 171, de 26-7-88.

18-12-90. - O Ministro da Saúde, *Arlindo Gomes de Carvalho*. O Ministro do Emprego e da Segurança Social, *José Albino da Silva Peneda*. - O Ministro Adjunto e da Juventude, *António Fernando Couto dos Santos*.